

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 276 p.

Cláudio André de Souza*

A relevância do fenômeno lulista é o cerne da obra “Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador”, de André Singer, mobilizando esforço investigativo e de síntese das pesquisas concluídas pelo autor. O objetivo do trabalho compreende a problematização em torno da ascensão do lulismo através do realinhamento eleitoral, isto é, o encontro de uma liderança com uma fração de classe (subproletariado) na eleição presidencial de 2006. O sentido precípua do lulismo, em linhas gerais, representa a realização de um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem estabelecer confronto com a ordem.

A trajetória lulista analisada baseia-se na insígnia da contradição entre conservação e mudança referente às realizações econômicas do governo para justificar ao mesmo tempo o caráter de mudança, mas sem confrontar a ordem existente. As realizações do governo sustentam-se ao longo dos capítulos pelos instrumentos analíticos vinculados ao realinhamento eleitoral e as mudanças processadas no âmbito da organização partidária. A argumentação, apesar de bem situada em torno do conceito de lulismo, se mostra limitada ao interpretar tal fenômeno como algo parcialmente deslocado em primeiro plano da competição partidária. Talvez fosse o caso do PT ser inteiramente incorporado às dimensões de análise, tornando-as ainda mais complexas, caso houvesse a perspectiva analítica da representação política.

Nesse aspecto, o trabalho teria buscado consequentemente a compreensão dos “sentidos do PT”, sem precisamente aludir ao que parte da literatura das Ciências Sociais define como “petismo”. Do ponto de vista analítico, o conceito de realinhamento eleitoral poderia partilhar o objeto com a dinâmica de representação política do PT nos últimos anos, isto é, as mudanças da representação resultando em um realinhamento eleitoral conforme destacado. Conquanto a perspectiva analítica do autor

* Doutorando em Ciências Sociais (UFBA). Professor de Ciência Política da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

defina o lulismo como um fenômeno abrangente de realinhamento eleitoral surgido em 2006, talvez fosse crucial reconhecer o caráter institucional das escolhas mobilizadas no plano da representação política a partir das forças partidárias e das tramas complexas de competição eleitoral.

A questão partidária norteia um dos capítulos sobre as duas “almas” petistas, mas pairam dúvidas quanto à compreensão do lulismo, especialmente quando confronta-se a definição do autor com leituras possíveis do fenômeno a partir de processos institucionais de competição eleitoral e representação política de segmentos estabelecidos nas escolhas políticas dos governos. Nesse sentido, é possível, inclusive, considerar que a política subnacional “espelha” a nacionalização das competições eleitoral e partidária com o lulismo, portanto, talvez se estabelecendo em um jogo mais complexo e multidimensional entre atores políticos intermediários e latentes no âmbito do realinhamento eleitoral.

O primeiro capítulo referente às raízes sociais e ideológicas do lulismo enfoca a trajetória de vínculo do PT aos estratos sociais com maior renda e escolaridade. Esse contexto manteve-se nas eleições ocorridas de 1989 a 2002 com o partido obtendo forte apoio eleitoral dos estratos mais altos enquanto houve resistência dos segmentos inferiores da classe trabalhadora, estes defensores da mudança com conservação da ordem.

As candidaturas de Lula movimentaram-se ao encontro da perspectiva conciliadora dos estratos inferiores, resultando no surgimento do lulismo em 2006, caracterizando-se, especialmente, pela polarização entre ricos e pobres, em substituição à diáde direita-esquerda. Um dos sentidos do lulismo para o autor é o afastamento em relação ao PT. Este pano de fundo situa-se enquanto orientação metodológica do trabalho, porém, há dúvidas suscitadas no que se refere à real distinção entre o lulismo e as consequências imediatas de mudança do PT, isto é, quais definições para o autor balizaram o antagonismo entre as categorias de lulismo e petismo.

Destaca-se no trabalho a guinada processual ao centro da candidatura petista de 2002, uma vez que a década de 1990 significou para o PT mudanças essenciais para a consecução da primeira vitória presidencial do partido. O êxito eleitoral em nível local e a elevada preferência partidária entre os eleitores – além da forte presença em grupos organizados da sociedade civil – elevam analiticamente a necessidade de

o trabalho repensar a escolha teórico-metodológica em torno da personalização do fenômeno enquanto “lulismo”.

No segundo capítulo, o autor confronta analiticamente as duas “almas” atualmente constitutivas do PT, a do “Sion” (Colégio Sion, local de fundação do PT em 1980, referência do autor aos compromissos programáticos estabelecidos na criação do partido), que carrega consigo a posição anticapitalista que o partido defendeu no ato de sua criação e a do “Anhembí” (refere-se ao centro de convenções paulistano que o partido utiliza com frequência em seus eventos, sendo o local um símbolo capitalista de negócios e que ideologicamente representa diversas posições do partido), que, ao renunciar aos compromissos anticapitalistas, representa por convicção a assimilação de concepções liberais comuns ao espectro ideológico antagônico ao que o partido adotara na fundação.

Em verdade, nas palavras do autor, a alma do “Anhembí” demonstrou uma

disposição pragmática que estava no extremo oposto do antigo purismo do Sion. Não era uma flexibilização e sim um verdadeiro mergulho no pragmatismo tradicional brasileiro, cuja recusa fora antes bandeira do partido. Sob a aparência de ajustes voltados para o momento eleitoral de 2002, uma revolução estava em curso, deixando atônita boa parte da esquerda petista sintonizada com o espírito do Sion (p. 99).

Para o autor, à medida que a alma do “Anhembí” afastava setores anticapitalistas do partido, trazia segmentos mais dispostos a aceitar o capital, convertendo-se em uma orientação permanente.

As análises sobre as mudanças do PT utilizam dados referentes à preferência partidária e à posição dos eleitores petistas diante do espectro ideológico. Ambas as dimensões analíticas concluem sobre a popularização do partido, isto é, o fato da mudança de orientação encontrar no subproletariado o seu chão social. O efeito consequente ao PT foi reiterar as posições dominantes em torno da alma do “Anhembí”, apesar de o governo Lula ter incorporado em parte os propósitos pertencentes à alma do “Sion”. Esse aspecto ilustra, conforme o autor, o fato de o espírito do “Anhembí”, embora dominante, não ter suprimido o do “Sion”, pois “convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro” (p. 119).

De maneira geral, os dois mandatos de Lula formaram uma síntese contraditória entre as duas almas que hoje habitam o PT, assim como as orientações encaminhadas pelo governo nas duas gestões, beneficiando ao mesmo tempo o capital e a inclusão dos mais pobres. A conjunção possível entre esses interesses antagônicos assume no seio petista um caráter paradoxal, a nosso ver, particularmente a representação política petista atual amplificada tanto pelos interesses do passado referentes à alma do “Sion”, quanto pelos interesses presentes situados na alma do “Anhembi”.

O embate entre as duas almas petistas e a mudança efetiva da base eleitoral de apoio ao partido reafirmam a necessidade de compreender, em termos de representação política, quais são as mudanças na relação do PT com os movimentos sociais e segmentos organizados da sociedade civil influentes no partido até 2002. Nesse sentido, caberia talvez a incorporação desta relação enquanto uma terceira dimensão analítica voltada para o entendimento sobre quais grupos organizados ainda apoiam o partido diante das mudanças analisadas no trabalho, verificando, assim, em que medida o partido desconectou-se daqueles cidadãos ativos em favor das novas relações com grupos simpáticos ao espírito do “Anhembi”.

O terceiro capítulo busca analisar o solo material e político da agenda lulista nos dois mandatos presidenciais. A relevância desta discussão pelo autor alude às escolhas políticas do governo em torno da realização do “sonho rooseveltiano”, isto é, o processo de surgimento do New Deal brasileiro¹⁸.

O enfoque analítico em questão pretende compreender o caráter antitético da “economia política do lulismo”, que garantiu declínio rápido da pobreza monetária, mas lento da desigualdade, expressando a contradição ao arbitrar os distintos interesses. O êxito do lulismo traduz, sobretudo, a capacidade de arbitrar propostas divergentes, funcionando como um juiz sobre as classes.

A compreensão do fenômeno lulista exposta no trabalho talvez devesse levar em consideração as mudanças relevantes de representação política durante este período, possíveis de interpretação através das novas formas de mobilização dos grupos organizados da sociedade civil: fruto, por um lado, da ligação de segmentos da sociedade civil ao mesmo *projeto*

¹⁸ Em referência as políticas conhecidas como “New Deal” implementadas no governo de Franklin Roosevelt nos EUA, visando a superar os efeitos da Grande Depressão.

político capitaneado pelo lulismo e, por outro, das ações governamentais voltadas à participação e mobilização da sociedade civil em torno das conferências, conselhos gestores e outros espaços de diálogo político. Isto quer dizer que o autor limita a sua análise ao deixar de lado a possibilidade de compreensão das escolhas políticas do lulismo. A nossa discordância com o autor nessa questão resulta da arbitragem limitada de conflitos estruturados no âmbito da sociedade civil, sendo impossível a autonomia política do lulismo em conduzir suas ações “congelando” a sociedade civil.

Nesse sentido, ao contrário do argumento de desmobilização da sociedade, o autor poderia avançar no sentido de entender que o lulismo pode ter mantido formas distintas de mobilização coordenando as *escolhas políticas* no intuito de prezar pelo êxito da coalizão de classes, isto é, a desmobilização levada a cabo pelo lulismo como estratégia de concessão ao capital sob condução do PT junto aos movimentos sociais influenciados pelo partido.

A coordenação das escolhas sob a forma de bloqueio de algumas agendas de interesse demonstra o quanto foram bem equilibradas as tensões programáticas do PT diante da convivência arbitrada entre o espírito do “Sion” e do “Anhemi”. É possível considerar a partir dos resultados alcançados na obra que as consequências da tensão localizada no embate entre as duas almas do PT mantenham influência considerável na compreensão da organização e mobilização de segmentos da sociedade civil sob o contexto do lulismo. Nessa direção, a relação entre o partido e os movimentos merecia maior atenção no trabalho, conduzindo as atenções a partir de dois problemas interligados de pesquisa: a dos embates e desdobramentos do lulismo tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

Por fim, o quarto capítulo constrói uma base argumentativa no sentido de identificar as ações do lulismo enquanto um “reformismo fraco”, ao contrário do conjunto de propostas do PT do “Sion”, que manteve em seus compromissos programáticos até a década de 1990 propostas voltadas ao que se considera “reformismo forte”. Sendo assim, o lulismo não significara a exclusão do “reformismo forte”, mas a sua diluição em um processo lento de mudanças inegáveis da realidade brasileira.

O autor entende que algumas políticas realizadas por Lula foram propostas de “reformismo forte”, que aconteceram, porém, em versão

homeopática sem produzir confronto. O autor alerta que não se deve confundir esse processo nem com o “reformismo forte” em si, nem com o neoliberalismo, conforme se analisa ao longo do capítulo a partir de dados essenciais à sustentação dos seus argumentos. O que o autor indica, portanto, é que o lulismo caracterizou-se por ações de “reformismo fraco”, mas sem excluir ações de “reformismo forte” de forma parcial sem pôr em xeque alguns interesses seculares do capital. Há que se destacar neste capítulo a sua “nota final”. O autor discute o caráter de classe do lulismo, isto é, o desenho do capitalismo brasileiro sob o lulismo, particularmente no que diz respeito ao caráter constitutivo do proletariado brasileiro deste século, determinado pela potência do reformismo em curso. O argumento incide no fato de que, embora “fraco”, esse reformismo aponta para transformações estruturais, desde que se prolongue no tempo, sabendo que o lulismo desloca o caráter de classe a favor de outra díade, a de entre ricos e pobres.

Diante de um terreno fértil criticamente, analisa-se na “nota final” a conjuntura recente do lulismo nas dimensões social e partidária, especialmente o cenário de proximidade do PSDB ao lulismo:

embora continue a ser mesmo que por exclusão, o partido da burguesia e da pequena burguesia, o PSDB não poderá vocalizar plenamente o seu núcleo enquanto durar o realinhamento lulista. Terá que se apresentar como o continuador ético do reformismo fraco (p. 214-215).

Essa tendência observada pelo autor no PSDB é possível também perceber nos demais partidos que apoiam o governo, ou seja, o movimento de criação de novas forças partidárias lulistas para além do PT (ou de oposição ao PT, mas a favor do lulismo?). O argumento central do autor entende que o desenvolvimento de um capitalismo popular enquanto paradigma do lulismo deixou vazio o lugar do anticapitalismo diante do pouco apoio político a partidos menores como o PSOL e o PSTU. Dessa maneira, o lulismo tem em parte como essência os interesses defendidos pelo capital.

O movimento analítico do autor demonstra a falência parcial da esquerda com a sensação de que perdeu e ganhou com o lulismo. A partir das contribuições da obra, fica ao leitor a questão: às expensas do lulismo enquanto estratégia da esquerda brasileira definirá este movimento político

como primado “moral” ou de contingência de um projeto político?

Para o autor, a hegemonia capitalista que o lulismo consolida se combina a um panorama geral de recuo das esquerdas como reflexo do alastramento do neoliberalismo. A perda de espaço da esquerda levou à combinação de projetos políticos de “menor alcance”, flexibilizando programaticamente valores assumidos ao longo do século XX. Nesse sentido, os caminhos que levaram à ascensão do lulismo não se distanciam dos limites encontrados pela esquerda no início do século XXI. A contemplação dessa perspectiva encerra a “nota final” do capítulo, que reconhece que, apesar da despolarização entre esquerda e direita, a nova polarização entre PT e PSDB assume uma nova face diante do predomínio do “reformismo fraco”, sinalizando novos tempos, reservando as contradições brasileiras a um patamar superior ao período anterior ao lulismo. Para o autor, “o PSDB precisará convencer a ‘antiga classe média’ de que o movimento de ascensão da ‘nova classe média’ é bom, diminuindo, *por razões eleitorais, a polarização social existente*” (p. 215). O PSDB precisará apresentar-se como líder de um “transformismo popular”.

Diante da grandiosidade dessa obra sobre as mudanças observadas na política brasileira, é impossível tratar em caráter conclusivo os temas ancorados nela, que teve como virtude articular grande referencial teórico a um ainda mais vasto desenho empírico, sobretudo, diante da superação de quaisquer armadilhas metodológicas, que para alguns poderiam assombrar em primeiro plano o trabalho de um pesquisador que viveu em parte o objeto enquanto um sujeito.

Sem dúvida esta obra será por muito tempo bibliografia obrigatória ao público acadêmico de diversas áreas de pesquisa, mas também aos leitores comuns que buscam entender a fundo o que se passa na atual política brasileira. Essa obra tropejará sobre as reflexões voltadas a compreender o futuro da democracia e as linhagens interpretativas da política brasileira, ou seja, as raízes do Brasil do século XXI.